

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Ação monitoria*: lei 9.079, de 14.7.1995. 2.tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 4.ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 1994.

_____. *A reforma do código de processo civil*. 3.ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 1996.

_____. *Fundamentos do processo civil moderno*. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2001. v.1 e 2

GRECO FILHO, Vicente. *Comentários ao procedimento sumário, ao agravo e à ação monitoria*. São Paulo: Saraiva, 1996.

GUERRA, Marcelo Lima. *Execução forçada*: controle de admissibilidade. 2.ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MARCATO, Antonio Carlos. *O processo monitorio brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1998.

_____. *Procedimentos especiais*. 7.ed. 2. tir. São Paulo: Malheiros, 1997.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio cruz. *Manual do processo de conhecimento*: a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento. 2.ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas do processo civil*. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

PEREIRA FILHO, Benedito. *Repensando o processo de execução para uma maior efetividade da tutela do crédito pecuniário*. Curitiba, 2002. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Curso de processo civil*: processo de conhecimento. 6.ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. v.1.

TALAMINI, Eduardo. *Tutela monitoria*: a ação monitoria – Lei 9.079/95. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. As inovações no código de processo civil, em matéria de execução forçada e procedimentos especiais. In: _____. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). *Reforma do código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1996.

WATANABE, Kazuo. Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense. In: _____. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). *As garantias do cidadão na justiça*. São Paulo: Saraiva, 1993.

WATANABE, Kazuo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 6 dez. 1984. p.40.

Leitura e cidadania: a importância da formação do leitor no mundo contemporâneo

Célia Regina Delácio Fernandes*

Resumo

A expansão do público leitor iniciou-se na Europa a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, e resultou, entre outros objetivos, na difusão e assimilação do projeto político e ideológico da burguesia. Em contrapartida, a leitura transformou-se em um direito inalienável de todo cidadão. Com efeito, dada sua capacidade de abrir e alargar horizontes culturais e cognitivos, a leitura, compreendida em sua dimensão política, pode impulsionar uma mudança na sociedade. Embora nas sociedades atuais a leitura tenha se tornado imprescindível para o exercício da cidadania, no Brasil, as pesquisas apontam para a precária formação de um público leitor. Assim sendo, leitura e cidadania, palavras indissociáveis para a construção de uma sociedade justa e democrática, são abordadas neste artigo, que pretende contribuir para a discussão da necessidade e melhoria das políticas públicas de popularização da leitura no Brasil.

Palavras-chave

Leitura. Cidadania. Formação do leitor. Sociedade. Direito. Políticas públicas.

READING AND CITIZENSHIP: THE IMPORTANCE OF THE READER'S FORMATION IN THE CONTEMPORARY WORLD

Abstract

The expansion of the public reader began in Europe in the 18th century, with the Industrial Revolution, and resulted, among other objectives, in the diffusion and assimilation of the

* Professora graduada em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Marília. Mestre em Letras, área de Teoria Literária e Literatura Comparada pela UNESP, Campus de Assis. Doutoranda em Letras, área de Teoria e História Literária no IEL/UNICAMP, e bolsista da FAPESP.

political and ideological project of the bourgeoisie. On the other hand, reading became an inalienable right of all citizens. In fact, given its capacity to open and to widen cultural and cognitional horizons, reading, comprehending in its political dimension, can impel changes in society. Though in the present societies reading becomes essential to the practice of the citizenship, in Brazil, the researches show the precarious formation of the public reader. In being so, reading and citizenship became two inseparable words for the construction of a fair and democratic society. The approach in this paper intends to contribute to the discussion of the necessity and improvement in public policies of popularization of reading in Brazil.

Keywords

Reading. Citizenship. Reader's formation. Society. Right. Public Policies.

LECTURA Y CIDADANÍA: LA IMPORTANCIA DE LA FORMACIÓN DEL LECTOR EN EL MUNDO CONTEMPORÁNEO

Resumen

La expansión del público lector se ha iniciado en Europa a partir del siglo XIII, con la Revolución Industrial, y resultó, entre otras consecuencias, en la difusión y asimilación del proyecto político e ideológico de la burguesía. En cambio, la lectura se ha transformado en un derecho inalienable de todo ciudadano. Com efecto, por su capacidad de abrir y alargar horizontes culturales y cognitivos, la lectura, comprendida en su dimensión política, pudo impulsar un cambio en la sociedad. Aunque en las sociedades actuales la lectura se haya vuelto imprescindible para el ejercicio de la ciudadanía, en Brazil, las investigaciones indican para la precaria formación de un público lector. Así, lectura y ciudadanía, palabras inseparables para la construcción de una sociedad justa y democrática, son abordadas en este artículo, que intenta contribuir para la discusión de la necesidad y mejoría de las políticas públicas de la popularización de la lectura en Brazil.

Palabras clave

Lectura. Ciudadanía. Formación del lector. Sociedad. Políticas públicas.

- *Doutô, doutô, mi arresponda*
O qui é qui eu tô ouvindo?
Vosmicê leu a carta,
Ou não leu, tá mi inludindo?
- *Doutô! Meu Deus! Seu Doutô,*

Maria tava inucente?
Me arresponda pru favô!
Inucente! Sim, sinhô!
Matei! Maria inucente!
Pruquê, seu Doutô, pruquê?
Matei Maria somente
Pruquê não aprendi a lê!
Infiliz de quem não leu
Uma carta de ABC
Mangine agora o Doutô
Quanto é grande o meu sofrê!
Sou duas vez criminoso,
Qui castigo, seu Doutô!!
Qui miséra! Qui horrô!

Qui crime num sabê lê!

(Zé da Luz Brasil)

Nem sempre o mundo precisou de leitura da escrita. Essa necessidade foi construída historicamente pelas civilizações humanas. Ao longo dos séculos e de acordo com os estágios e as transformações pelos quais passaram as instituições e as técnicas de reprodução, a leitura experimentou diversas concepções, práticas, funções, modos e tipos de suporte. A leitura concebida e praticada como instrumento de transformação pessoal e social é um acontecimento recente.

A democratização da leitura na Europa iniciou-se após a invenção da imprensa por Gutenberg, no século XV, e o aperfeiçoamento da imprensa mecânica, no século XVIII, que possibilitou tanto a reprodução (e o barateamento) de um número maior de publicação

periódica e livros, como a escolarização e alfabetização em massa. Ferramenta das mais importantes na difusão e assimilação do projeto político e ideológico da burguesia, a leitura transformou-se em um direito inalienável de todo cidadão. Nesse contexto, convém ressaltar a importância da escola e das universidades na formação e ampliação do público leitor e do mercado editorial.

A narrativa das práticas brasileiras de leitura feita por Lajolo e Zilberman (1998), mostra o processo de nascimento, desenvolvimento e amadurecimento do leitor, a passagem das práticas de leitura tutelada para as práticas de leitura emancipada. Observa, ainda, a dimensão política desse processo que, simultaneamente, narra a história da modernização em nosso país. Diferentemente da Europa, somente a partir de 1840 o Brasil – ou mais precisamente o Rio de Janeiro, sede da monarquia – apresenta algumas condições indispensáveis para a formação do leitor, tais como bibliotecas, tipografias, livrarias etc. Entretanto, a escolarização ainda era muito precária.

Para escrever a história das práticas de leitura, as autoras utilizaram como documentação, ao lado das fontes tradicionalmente privilegiadas, as representações de leitura veiculadas pelos próprios textos literários e não-literários que fazem parte desta história.

Ao procurarem registros, no texto literário, de diversos aspectos referentes a teorias e práticas educacionais brasileiras, elas invocam e resgatam os testemunhos textuais de Machado de Assis, Raul Pompéia, Viriato Correia, José Lins do Rego e muitos outros, encenando o cotidiano escolar, as figuras de professor, as dificuldades de aprendizagem, as cartilhas e os métodos de leitura, as deficiências do ensino, as contradições entre a teoria e a prática, os desapontamentos dos alunos com a escola, a violência do sistema disciplinar, o ensino de literatura e outros dados presentes no contexto histórico. Com efeito, a fragilidade de práticas e projetos educacionais brasileiros é apreendida na multiplicidade de protagonistas que compõem a história da modernização do Brasil.

Na sociedade brasileira atual, a leitura constitui-se uma necessidade para todas as pessoas e um dos requisitos essenciais da cidadania. Entre outros exemplos básicos do cotidiano urbano, os letreiros de ônibus, as placas de ruas, os cartazes de supermercados e os caixas eletrônicos requerem práticas de leitura. Para competir no mundo do trabalho é preciso ter um aprendizado permanente, e essa exigência de atualização profissional relaciona-se diretamente com a leitura. Para conhecer e compreender as contradições do mundo capitalista globalizado, que

exclui milhares de pessoas da participação social, é preciso recorrer aos escritos que circulam em múltiplos suportes impressos, digitais, eletrônicos e outros. Também o exercício pleno da cidadania implica na capacidade de leitura, pois o desenvolvimento da competência de atribuir sentido ao texto escrito possibilita o posicionamento crítico do sujeito diante do mundo circundante. Enfim, a leitura permeia todas as relações e quem não lê tem pouca chance de conquistar um lugar ao sol dessa civilização hodierna.

Freire (1990) em texto publicado em 1982, a partir da reflexão de sua própria prática educativa, discute a importância do ato de ler por meio da compreensão crítica da alfabetização, da leitura e da biblioteca popular. Em sua proposta de alfabetização, o educador não dissocia *leitura* do mundo e leitura da palavra, concebendo o ato de ler como um ato essencialmente político. Esse entendimento da leitura traduz-se, então, em um processo que “não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (FREIRE, 1990, p.11), estabelecendo relações contínuas e dinâmicas entre texto e contexto. A leitura da palavra, além de ser precedida pela leitura do mundo, é também uma maneira de transformá-lo por meio de uma prática consciente. O autor questiona uma visão ingênua de lei-

tura calcada na *palavra mágica*, ou seja, na salvação individual. Segundo Freire, a leitura crítica da realidade possibilita aos grupos populares uma compreensão política de sua situação no mundo e deve ser utilizada como instrumento de mudança social. Em vista disso, pode-se concluir que, para alterar as condições de vida da população, não basta apenas saber ler e escrever, mas é necessário a transformação nas relações de poder.

Também para Britto (2001, p.83) a prática de leitura envolve uma ampla discussão e não pode ser vista ingenuamente como “um ato redentor, capaz de salvar o indivíduo da miséria e da ignorância”. A leitura é uma prática social, uma ação cultural construída historicamente, e, conseqüentemente, “um ato de posicionamento político diante do mundo” (BRITTO, 2001, p.84). A consciência do caráter político do ato de ler é importante para que o sujeito tenha uma atitude emancipada frente ao texto, entendendo-o como produto e não como verdade. A visão mitificada e neutra da leitura, que considera o ato de ler em si mesmo, camufla o fato de que os discursos contêm representações de mundo. Desse modo, Britto (2001) contrapõe-se à promoção de uma prática de leitura de entretenimento, que ele denomina de “pedagogia do gostoso” em detrimento de uma leitura crítica:

É representativa desse movimento de valorização da leitura do prazer a campanha de incentivo à leitura promovida pelo Ministério da Educação em 1997, com o lema “quem lê, viaja”: as peças publicitárias de 30 segundos apresentavam situações de pessoas lendo livros nos lugares mais variados (ônibus, praia, academia de modelação física) e de tal modo envolvidas com a história que incorporavam fisicamente a personagem. A leitura, comparada a um narcótico (“quem lê, viaja”), nada tem a ver com a instrução de conhecimento ou com a experiência solidária e coletiva de crítica intelectual (BRITTO, 2001, p.86-87).

Com uma perspectiva que procura reconhecer e valorizar as práticas de leitura realizadas no Brasil, Abreu (2001) mostra que, desde o relato dos viajantes europeus até os dias atuais, a história da leitura no Brasil é marcada pelo tom do lamento e pela sensação do fracasso. Para explicar os constantes insucessos das práticas pedagógicas de leitura, a autora levanta como hipótese a ausência de explicitar o tipo de leitura objetivado e de definir o tipo de texto esperado. Essas indefinições também se fazem presentes nas campanhas governamentais de incentivo à leitura, como a do já mencionado slogan *quem lê, viaja*:

[...] Novamente, trata-se de uma leitura sem objeto, em que o ato de ler é tomado como bom em si, idéia reforçada pelo texto que assegura: “ler é vi-

ver, ler é prazer, leia, leia, leia mais". Para viver e ter prazer é preciso ler o quê? Não importa, basta que se "leia, leia, leia mais". Um texto dessa natureza só faz sentido se se imaginar que estamos diante de uma *tabula rasa*, de um país sem leitores, em que cumpre estimular o contato com o livro – seja ele qual for. No entanto, as ilustrações que acompanham a campanha, mostrando leitores caracterizados como personagens de romances, sugerem que a leitura que se quer estimular é a de identificação e evasão, aquela que faz com que o leitor se sinta Peri em uma academia de ginástica. Ou seja, no Brasil, até mesmo as formas que demandam menor envolvimento intelectual estariam ausentes, cabendo ao governo os esforços no sentido de promovê-las. Campanhas desta natureza, que visam a estimular a leitura de entretenimento, não deveriam ser de responsabilidade do Estado, e sim das editoras comerciais que são, afinal, quem tem a ganhar com o consumo desses livros (ABREU, 2001, p.150-152).

Ainda que ocorram divergências entre os estudiosos da leitura sobre a maneira como vêm sendo encaminhados projetos, campanhas e programas de incentivo à leitura no Brasil, ninguém discorda da importância da leitura no mundo contemporâneo. Saber ler e escrever tornou-se condição básica de participação na vida social, política, econômica e cultural do país. Mas, como bem lembra Abreu (2001), é preciso ter condições materiais para ser lei-

tor. Nesse sentido, para termos uma sociedade democrática e justa, devemos lutar para que toda população seja alfabetizada, tenha acesso às escolas e bibliotecas públicas de qualidade. E ainda emprego, moradia e saúde são pré-requisitos para formação do leitor e do cidadão. Educação, saúde, trabalho e moradia são direitos fundamentais do ser humano.

A política social na área educacional, bem como em outras áreas sociais, está presente nos artigos 6º a 11º da Constituição Brasileira de 1988. Os direitos sociais, que integram essa Constituição, estão referidos no capítulo II, do título II, relativo aos Direitos e Garantias Fundamentais (BRASIL, 2002, p.12-16). Tais direitos implicam a execução de políticas sociais, que compreendem programas, projetos, diretrizes, entre outros e, portanto, sempre que envolverem verbas públicas, devem ser obrigatoriamente avaliadas. Espera-se, nessa avaliação das políticas sociais, que os direitos sociais estejam sendo respeitados e cumpridos.

Na atual conjuntura política e econômica, em que se assiste ao aumento crescente do desemprego e da miséria em nosso país, torna-se fundamental a intervenção do Estado para concretizar os direitos sociais garantidos constitucionalmente em 1988. Para que

esses direitos se realizem, no entanto, é necessária a mobilização da sociedade. Mas, como realizar direitos desconhecidos pela maior parte da população brasileira que mal sabe ler e escrever? A problemática em questão é bastante complexa porque foi gerada no bojo das contradições da sociedade capitalista. De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, a educação deve ser um direito de todos e obrigação do Estado (BRASIL, 2002, p.128). O poder público precisa, pois, se responsabilizar pelas políticas de popularização da leitura.

Assim sendo, capacidade de leitura é um direito de todo cidadão e é função da escola prover sua aprendizagem. Por isso a temática da leitura está intrinsecamente associada ao conceito de cidadania, que se relaciona com a sociedade civil. Em sua etimologia, Cidadania vem de *cidade*, Cidade vem de *civitas, civilis*. Assim, cidadania é ação que torna um indivíduo civil, porque passa a habitar uma cidade e fazer parte de uma civilização. Ao longo dos anos, o conceito de cidadania amplia-se em seus direitos e deveres e vincula-se ao Estado, exprimindo uma relação de caráter jurídico entre o indivíduo e o Estado.

Segundo Vieira (2001, p.12-3), "a idéia de sociedade civil sugere a idéia

de cidadania e de uma sociedade criada dentro do capitalismo". Ao comentar as bases do Direito Educacional, o ensaio aborda a educação como *um bem jurídico, individual e coletivo* que precisa ser cumprido. Para o autor, o conceito de cidadania define um conjunto de pessoas iguais em seus direitos:

Nesta sociedade, cidadania representa igualdade jurídica. Há quem elabore outros conceitos de cidadania, considerando-a igualdade social, igualdade real. De fato, a cidadania fundamenta-se no princípio de que as pessoas são iguais perante a lei e unicamente perante a lei, porque a cidadania consiste em instrumento criado pelo capitalismo para compensar a desigualdade social, isto é, a situação em que alguns acumulam riquezas, acumulam propriedades, enquanto outros não. Então, não existe cidadania sem garantias de direitos, não existe cidadania sem igualdade jurídica (VIEIRA, 2001, p.13).

Apesar de os direitos educacionais estarem assegurados constitucionalmente e do progressivo aumento do índice de escolarização dos brasileiros, pode-se questionar: as habilidades de ler e escrever – atualmente imprescindíveis para o reconhecimento do indivíduo como cidadão – estão realmente se efetivando na sociedade brasileira?

De norte a sul e de leste a oeste do Brasil constata-se a precariedade do domínio de escrita e de leitura em gran-

de parcela da população de baixa renda por meio de pesquisas educacionais, avaliação escolar governamental e diversos trabalhos científicos divulgados em congressos e publicações. Em vista da importância desse debate, um levantamento exaustivo e atualizado acerca de pesquisas sobre a leitura no Brasil – dissertações e teses realizadas nas duas últimas décadas do século XX nas universidades brasileiras – mostra que o interesse acadêmico sobre essa temática aumentou substancialmente (FERREIRA, 2002).

A pesquisa estatística mais completa e recente sobre leitura no Brasil, com vistas a identificar a penetração da leitura de livros e seu acesso no Brasil, revela que o mercado comprador de livros representa 20% da população brasileira alfabetizada com 14 anos ou mais anos. Dessa pequena parcela de compradores, 53% são moradores da Região Sudeste e mais da metade são de cidades grandes e metrópoles. Os maiores índices de leitura e compra de livros encontram-se nos estratos sociais mais elevados: classe A e com instrução superior. Ou seja, “1% da população possui 22% dos livros, revelando que a posse de livros apresenta dinâmica idêntica à distribuição de renda no país, onde poucos têm muito e muitos têm pouco” (CBL, 2001, p.36).

Vale destacar ainda alguns resultados dessa pesquisa relevantes à nossa discussão. As estatísticas referentes ao *Acesso ao Livro* chamam a atenção porque mostram que a metade dos livros da leitura corrente foram comprados, em contraposição a 8% pertencentes às bibliotecas e 4% dado pela escola (CBL, 2001, p.56). Conclui-se, então, que a baixa posse de livros, somada ao baixo poder aquisitivo da maioria dos leitores, oferece poucas alternativas de leitura dentro de casa. Como alternativa na busca de opções para acesso a livros, a pesquisa aponta para a necessidade de criar programas que facilitem o acesso a livros e a ampliação do número de bibliotecas (CBL, p.57). Com relação à *Apreciação da leitura*, enfatizam-se dois fortes componentes: a dependência da escolaridade e do poder aquisitivo. Esses fatores, de acordo com a pesquisa, podem ser minimizados por meio de programas governamentais para aumento de escolaridade da população e do tempo de permanência na escola, somadas a ações de melhoria no padrão educacional, e de programas que melhorem o acesso aos livros pela população (CBL, p.71).

Esse retrato do mercado do livro no Brasil revela que tipo de modelo de desenvolvimento para o país? Alguns lendo por muitos e para muitos, enquanto muitos sem acesso ao universo dos livros.

O que isso significa? O livro (e a leitura) está pouco presente na educação brasileira? Como podemos gerar novas tecnologias e produzir ciência sem leitura? Para onde queremos ir?

A preocupação com a leitura no Brasil ganha relevo a partir da década de setenta, momento em que é detectada uma crise da competência da leitura nos três graus de ensino e, contraditoriamente, marcado pela expansão do mercado editorial brasileiro. Para superar tal crise, agravada ainda mais pelos precários índices de alfabetização que impediam o desenvolvimento do país, o governo procurou erradicar o analfabetismo por meio do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF, mas estudos mostram que o programa acabou fracassando.

Nos anos 80, a literatura infanto-juvenil acaba sendo privilegiada, em decorrência da prioridade do trabalho de formação do leitor. Nesse período, embaldada pelo discurso de redemocratização do país, a escolaridade atinge um número cada vez maior de pessoas de baixa renda, que não possuíam recursos para a compra de livros. A produção literária é então favorecida por uma política educacional que investe na compra de livros e incentiva o desenvolvimento do setor editorial: são criados programas oficiais de fomento ao livro, como o *Programa Nacional Salas de Leitura* – PNSL, para dis-

tribuição de livros de literatura infantil às escolas. O governo tornou-se o principal comprador dos editores nessa área, entretanto, deu prosseguimento a uma política de leitura que prioriza o livro didático.

Ao discutir o mercado de livros no Brasil na década de 80, Hallewell (1985, p.607) aponta que um dos fatores a ser equacionado pelo governo brasileiro é a ênfase na oferta de instrução e o descuido com a falta de motivação para ler. O pesquisador mostra que o mercado escolar brasileiro representa quase metade da produção nacional de livros e, até a década de 70, as tiragens dos livros didáticos publicados eram “as maiores do mundo não-comunista”. Já a produção de livros para criança na década de 80 representa “pouco mais de um livro para cada criança do país a cada dois anos”, cujas causas são atribuídas à pobreza e à precariedade de distribuição e de circulação dos livros:

[...] Tanto a pobreza do país como a escassez de livrarias contribuem para isso. Mas, fator muito mais importante é a extrema insuficiência de bibliotecas públicas. Algumas – poucas – localidades dispõem de um serviço decente de bibliotecas infantis há trinta anos ou mais; mas, na maior parte do país o serviço de biblioteca como um provedor de leitura de lazer para as crianças é um conceito quase desconhecido. A enorme maioria das

bibliotecas públicas existentes, mal equipadas, pobremente mobiliadas e gravemente carentes de recursos para livros, presta-se quase que somente de local para os alunos mais velhos do curso secundário fazerem suas lições de casa. Ao invés de oferecer às crianças um lugar onde refugiar-se da educação formal, a biblioteca atua como mera extensão da escola. [...] (HALLEWELL, 1985, p.593-594).

Para solucionar o problema, o autor sugere uma revisão completa dos serviços da biblioteca pública do Brasil, capacitando-os para prover a leitura de lazer, tendo em vista, principalmente, o público jovem. Mas não é somente a biblioteca pública brasileira que apresenta problemas, outro pesquisador revela uma temática fundamental para compreendermos melhor a questão da precária formação do público leitor no Brasil: a da biblioteca escolar.

Silva (1999) mostra o papel social da biblioteca e defende a conversão desse tema em objeto de estudo e de políticas públicas, justificando que tanto as bibliotecas escolares quanto as bibliotecas públicas são instituições sociais destinadas à democratização da cultura. Sua abordagem enfatiza a responsabilidade da biblioteca escolar no contexto das contradições brasileiras, que exclui a maioria da população da vida social, econômica e cultural:

[...] É nela que a maior parte de nossas crianças terão a oportunidade, muitas vezes única em suas vidas, de contato com livros e outros documentos. Essa idéia aplica-se especialmente às escolas públicas onde estudam as crianças das classes populares que, pela natureza seletiva e excludente da escola burguesa, são expulsas da vida escolar muito antes de terem completado a escolaridade mínima obrigatória. Estão aí os dados relativos à evasão e à repetência escolar que, há décadas, atiram-nos contra o rosto provas cabais da incompetência do nosso aparelho escolar para a missão de escolarizar os filhos da classe trabalhadora.[...] (SILVA, 1999, p.67).

Ampliando um pouco mais essa discussão, a problemática da biblioteca também se estende para as universidades. Romeu (1994), ex-reitor da Universidade Federal Fluminense, tematiza a questão da leitura e da formação profissional, observando que enquanto uma parte da humanidade detém o conhecimento, a outra descuida de sua aquisição e desenvolvimento. Para confirmar a idéia de que as universidades são alavancas de mudanças no Terceiro Mundo, de acordo com Romeu, é preciso que tenham bibliotecas atualizadas com livros comprados no mercado externo e interno, objetivando formar pessoas capazes de gerar novos conhecimentos. Nesse sentido, o autor evidencia que a formação em qualquer grau de ensino requer leitura e propõe a implantação de programas para sanar o problema:

[...] Mais do que isso, precisamos estabelecer programas que obriguem qualquer instituição que se chame escola a ter, antes da preocupação com a formação de seus estudantes, antes da preocupação com suas instalações, a preocupação em formar suas bibliotecas, em estocar livros, e, além disso que também tenham a preocupação de fazer com que seus estudantes tenham o hábito de ler, porque só dessa maneira eles estarão sendo formados exatamente para serem cidadãos capazes de transformar a sociedade (ROMEU, 1994, p.16).

O cotidiano da maior parte das escolas públicas brasileiras revela a carência ou mesmo a ausência da (ou do uso da) biblioteca escolar. O governo tenta solucionar o problema com seus programas de distribuição de livros, investindo uma quantidade considerável de recursos na compra de acervos para serem enviados às escolas, mas não consegue resolver a questão da leitura, porque, entre outros problemas a serem equacionados nesses programas, não investe na valorização e capacitação do professores.

Não basta apenas o Estado criar e distribuir acervos às bibliotecas escolares por meio dos programas de incentivo à leitura. Se os livros não forem utilizados efetivamente, não há sentido nesses programas a não ser beneficiar a indústria do livro. A escola precisa investir na competência da leitura por

que é o lugar principal onde se aprende a ler e escrever. A prática de leitura deve ser prioridade no projeto pedagógico escolar e merecer destaque em todas as disciplinas que compõem o currículo. A leitura é uma atividade cognitiva de alto grau de complexidade que, mesmo feita silenciosa e isoladamente, implica a sociabilidade porque é uma prática social. Desse modo, ao priorizar a formação e o fortalecimento do leitor, a instituição escolar precisa oferecer aos estudantes oportunidades para trocar experiências e debater o que leram, tornando essa atividade plural, instigante e significativa tanto para os alunos como para o professor.

Muitos especialistas sugerem que a capacidade de ler pode ser mais bem desenvolvida por meio do texto literário, que favorece mais a descoberta de sentidos que outros tipos de textos. Se, por um lado, a leitura literária, dado seu aspecto lúdico e ficcional, parece aparentemente desprovida de qualquer utilidade prática e, portanto, apresenta-se como um possível chamariz; por outro lado, dado seu aspecto polissêmico e denso, exige uma participação ativa do leitor na construção de sentido para o texto. Assim, as leituras literárias proporcionam, ao mesmo tempo, prazer e conhecimento, além de contribuir para formação do gosto do leitor. O aprendiz experimenta a aventura

ra de preencher os vazios literários, num texto polifônico e democrático, para poder arriscar-se a uma participação efetiva no mundo da vida. Nas palavras de Bordini e Aguiar (1988):

A riqueza polissêmica da literatura é um campo de plena liberdade para o leitor, o que não ocorre em outros textos. Daí provém o próprio prazer da leitura, uma vez que ela mobiliza mais intensa e inteiramente a consciência do leitor; sem obrigá-lo a manter-se nas amarras do cotidiano. Paradoxalmente, por apresentar um mundo esquemático e pouco determinado, a obra literária acaba por fornecer ao leitor um universo muito mais carregado de informações, porque o leva a participar ativamente da construção dessas, com isso forçando-o a reexaminar a sua própria visão da realidade concreta (BORDINI; AGUIAR, 1988, p.15).

Todavia aprender a ler não é uma atividade natural, para a qual se capacita sozinho. Entre livros e leitores, portanto, há importantes mediadores. O mediador mais importante é ou deveria ser o professor, figura fundamental na história de cada um dos alunos. A leitura é ferramenta essencial para a prática de seu ofício, por isso ele precisa revelar-se um leitor apaixonado e uma forte referência para seus aprendizes. Cabe a ele o papel de desenvolver no aluno o gosto pela leitura a partir de uma aproximação afetiva e significativa com os livros. Não há receitas a

seguir: cada professor, de acordo com sua história de leitura e as necessidades de seu alunato, tem condições de avaliar o melhor caminho a ser desbravado. No entanto, para que haja êxito na formação do leitor, o professor precisa efetivar uma leitura estimulante, reflexiva, diversificada, crítica, ensinando os alunos a usarem a leitura para viverem melhor.

Como se vê, escolas, bibliotecas, livros e professores, desempenham um papel fundamental na formação de leitores. Mas será que esses fatores resolvem a problemática da popularização da leitura? De acordo com Zilberman (1999), as condições necessárias para democratização da leitura provém de uma política de leitura, cuja demanda deve estar na pauta de reivindicações da sociedade civil:

A escola é a instituição encarregada da alfabetização da criança; entretanto, os meios para a difusão da leitura provém de um setor mais amplo. Dizem respeito ao conjunto de uma política de leitura, que transcorre preferencialmente na escola, mas resulta de um posicionamento de toda a sociedade civil. Isto determina decisões em nível de Estado e se traduz por intermédio de uma ação cultural e pedagógica. São os sintomas mais nítidos dessa política: as diretrizes de ensino e os currículos, o provimento das bibliotecas públicas e escolares, bem como as modalidades de edição e divulgação de obras literárias (ZILBERMAN, 1999, p. 42).

Diante de todo o exposto, torna-se necessário que as políticas públicas de leitura promovam não apenas o consumo aleatório de livros e o lucro das editoras, mas ofereçam as condições necessárias para a formação do leitor e do cidadão consciente. Para tanto, a sociedade civil precisa participar ativamente das ações das políticas públicas do Estado, bem como exigir e acompanhar a avaliação dos resultados, principalmente, no que concerne ao aumento do público leitor. Outro aspecto da leitura que não pode ser esquecido é a definição de sua concepção e de seus objetivos. Conforme procuramos mostrar, a leitura, concebida e praticada em sua dimensão política no mundo contemporâneo, poderá propiciar uma compreensão crítica da realidade e impulsionar uma transformação nas relações de poder, com vistas a modificar de fato a vida de milhares de pessoas que são excluídas da participação efetiva nos rumos desse país.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura. In: MARINHO, M. (Org.). *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2001.p. 139-157.
- AGUIAR, V. T. de; BORDINI, M. da G. *Literatura: a formação do leitor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 29.ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRITTO, L. P. L. Leitura e política. In: EVANGELISTA, A. A. M. (Org.). *A escolarização da leitura literária*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CBL/BRACELPA/SNEL/ABRELIVROS. *Retrato da leitura no Brasil*. Cd-rom. Franceschini: São Paulo, 2001.

FERREIRA, N. S. de A. *A pesquisa sobre leitura no Brasil: 1980-1995*. Campinas, SP: Komedi; Arte Escrita, 2001.

FREIRE, P. *A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez: Autores Associados; 1990.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil*: sua história. Tradução Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira, revista e atualizada pelo autor. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1998.

Luz Brasil, Zé da. *Cunfissão de Caboclo*. In: LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1998. p. 296.

ROMEU, J. R. Leitura e formação profissional. In: *Simpósio Nacional de Leitura: leitura, saber e cidadania*. Rio de Janeiro: PROLER/CCBB, 1994.

SILVA, W. C. da. *Miséria da biblioteca escolar*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

VIEIRA, Evado. A Política e as Bases do Direito Educacional. *Cadernos CEDES: Políticas Públicas e Educação*. Ano 21, n.55, p.9-29, nov. 2001.

ZILBERMAN, R. Sociedade e Democratização da Leitura. In: BARZOTTO, V. H. (Org.). *Estado de leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 1999. p.31-45.